

## A escravidão na imprensa mineira do Primeiro Reinado

Mestrando em Ciência da Religião (UFJF) – área Ciências Sociais da Religião – Universidade Federal de Juiz de Fora.  
quintushoratus@bol.com.br

### **Resumo:**

O *Universal da* capital Ouro Preto foi o principal periódico da Província de Minas na primeira metade do século XIX e a principal referência do pensamento liberal mineiro até 1842. Ainda no Primeiro Reinado, o periódico liberal mineiro tornou-se um instrumento eficaz da elite política mineira na fundação de uma pedagogia liberal, na construção da sociedade civil e na ocupação do espaço público provincial. No seio da pedagogia liberal, O *Universal* tratou, inclusive, da controversa questão escravista, avaliando o seu peso político e buscando equacioná-la em uma perspectiva liberal moderada, subordinando a crítica à escravidão às necessidades dos proprietários e da nação, enfrentando a ameaça do fim do tráfico negreiro e da escassez de mão-de-obra e identificando os escravos à periculosidade.

**Palavras-chave:** liberalismo, escravidão, imprensa.

### **Résumé:**

L' *Universal* de la capitale Ouro Preto, a été le principal périodique de la province de Minas dans la première moitié de siècle XIX, et la principal référence de la pensée libéral de Minas jusqu'à 1842. Dans le première règne, le périodique libéral de Minas se transformé dans un instrument efficient de la élite politique de Minas pour la fondation de une pédagogie libéral, pour la construction de une societe civil et pour l'occupation des espaces public de la province. Avec la pédagogie libéral, O *Universal*, a parlé, aussi, de la question de l'esclavage, et évalué leur importance politique en cherchant penser sous une perspective libéral modéré, en subordonant la critique sur l'esclavage aux intérêt des propriétaires et de la nation , même avec la menace de la fin de trafic des esclaves e de la diminution de main d'oeuvre et la identification des esclaves avec une notion de danger.

**Mots-clés:** Libéralisme, esclavage, périodique.

Enviado em 5 de setembro  
e aprovado em 25 de  
outubro de 2008

Nesse artigo procuramos compreender como no processo de construção do espaço público brasileiro no início de sua formação (Primeiro Reinado), i.e., no momento da edificação do Estado nacional propriamente brasileiro, a elite<sup>1</sup> política liberal, aqui a elite mineira, na sua busca por hegemonia, construiu conceitos e referências para orientação e direção da sociedade civil<sup>2</sup> então constituída.

Norteados pelos estudos da chamada Nova História Política, entendemos que na atividade de construção de conceitos e referências utilizadas pela elite, encontramos uma Cultura Política<sup>3</sup> que pode ser investigada através da imprensa, pois é a imprensa uma fonte de memória política significativa desse período por ter sido o instrumento fundamental utilizado pela elite política mineira na busca de hegemonia.

Destarte, é através da imprensa da capital mineira Ouro Preto que nós procuramos captar a Cultura Política mineira no Primeiro Reinado, objetivamos analisar qual o lugar da escravidão nessa Cultura Política e como essa elite liberal mineira se relacionou com o escravismo.

Tal delimitação deu-se pela acuidade do Primeiro Reinado na formação da nacionalidade brasileira, pela importância das províncias nessa formação, já que entendemos que a dinâmica do país encontrava-se nelas, e principalmente na província de Minas Gerais que foi ponto de apoio essencial no processo de Independência.

A preferência por Ouro Preto deu-se por ser essa cidade a capital da província de Minas Gerais, por ter sido ela o centro de referência da comarca que leva o mesmo nome e por ter sido “sem a mais mínima sombra de dúvidas, o mais brilhante centro político da província de Minas Gerais” (LOMBELLO, 2003: 65). Além disso, encontramos nessa cidade um dos principais políticos desse período: o deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos, mentor intelectual do principal periódico liberal de Minas Gerais, *O Universal*. O referido periódico “é que refletirá, durante 17 anos, de 1825 a 1842, o pensamento filosófico, político e o ambiente cultural mineiro” (RODRIGUES, 86: 43).

Concluimos as justificativas ressaltando ter sido a escravidão uma questão incômoda na época para a elite mineira, já que além do início da pressão inglesa pela abolição da escravatura, o escravismo ia na contra-mão do liberalismo nascente, mesmo o anti-revolucionário liberalismo mineiro. Lembramos ainda que Minas Gerais foi a maior província escravista do Brasil e que a escravidão certamente foi um mote, pelo temor do haitianismo<sup>4</sup> que a sociedade possuía.

Esclarecemos que nossa compreensão da referida Minas oitocentista é norteadada, antes de tudo, pelo questionamento da decadência da economia da província após o “período da mineração” e pela compreensão da permanência da alta demografia escrava em Minas nas primeiras décadas do século XIX<sup>5</sup>.

Orientamo-nos pelas teses que revisam o entendimento de declínio econômico e compreendemos que a economia mineira, com a redução da atividade mineradora, passou a

1. Analisamos as ações da referida elite através do sentido proposto por Antônio Gramsci em busca do “consenso” ou para Pierre Bourdieu, uma “luta simbólica pela produção do senso comum”.

2. Entendendo a sociedade civil como a esfera do social onde se dá a luta pela hegemonia (Gramsci, 1999-2000: 222), compreendendo que esta, hegemonia, não deve ser entendida apenas como “um nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como manipulação ou doutrinação. Ela constitui um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energias, nossa percepção de nós mesmos e do mundo. É um sistema vivo de significados e valores – constitutivo e constituído – que ao serem experimentados como práticas parecem confirmar-se reciprocamente”. (WILLIAMS, 1979: 112-113).

3. “O que se chama às vezes de Cultura Política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador de *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”. (RÉMOND, 1996: 450.).

4. Damos o nome de haitianismo ao temor relacionado a representação dos proprietários, principalmente, sobre a rebelião escrava haitiana que levou a independência da Colônia francesa de São Domingo, onde em 1790 uma revolta de escravos resultou no massacre de uma enorme população branca da ilha. Ver mais em JAMES, C.L.R.. *Jacobinos Negros: Toussaint L’ouverture e a renovação de São Domingo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

5. Nas teses que revisam o declínio da economia mineira no início do século XIX, Roberto Martins aponta que a grande quantidade de escravos em Minas deu-se devido “ao contexto de terras abundantes e abertas e mão de obra escassa

organizar-se economicamente em função do abastecimento interno (comercialização intraprovincial, local e interprovincial), atividade esta “aquecida” com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e, conseqüentemente, devido às demandas de consumo advindas da Corte e das delegações diplomáticas que se estabeleceram no Rio de Janeiro.

Entendemos que devido a essa estrutura econômico-social da província, configurou-se em Minas (pelo menos na região Metalúrgica-Mantiqueira) uma classe de proprietários que foi representada por uma elite política de significativa catadura intelectual. Essa elite política mineira, por sua vez, engajou-se em um projeto político liberal que tinha o objetivo, entre outros, de agregar em torno do seu projeto os proprietários dessa sociedade de abastecimento de Minas Gerais.

Minas Gerais despachava para os mercados intraprovincial e interprovincial produtos como: algodão (que vinha do Norte da província), tabaco (do Sul), chapéus de feltro, barras de ouro, mulas, galinhas, carne de porco, queijos, panos, o gado em pé, bovino e suíno, o toucinho, a banha, e trazia de volta “mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Porter, licores, etc.” (SPIX, 1976: 172).

Em Minas observamos uma diversidade de atividades que possibilitava uma maior “democratização” de suas riquezas, com uma variedade de ocupações que incluía:

Vários tipos de agricultores e criadores (proprietários ou produtores independentes), mineiros, jornalheiros, trabalhadores (assalariados, ou “um semiproletariado”), operários, artesãos, biscateiros, indivíduos que viviam de renda de escravos e aluguel (freqüentemente especializados como ferreiros, carpinteiros, alfaiates etc.) (SILVA, 2002: 43).

Na província, existiram núcleos agrários que podem ser considerados vicinais, que coexistiram com fazendas maiores, autárquicas, nas quais os proprietários se vangloriavam de serem capazes de produzir quase tudo que achavam essencial, comprando apenas alguns objetos que eram considerados de “luxo” ou necessários para manutenção das suas propriedades agrícolas. Assim sendo, observamos que na província de Minas Gerais, mesmo nos lugares de economia mais dinâmica, pequenas propriedades rurais conviveram com as grandes unidades produtoras. Como indica Afonso de Alencastro Graça Filho, “A paisagem agrícola que perdurou até a abolição foi a das grandes fazendas com base no trabalho escravo, mais dinâmica e consumidora de braços, ao lado de pequenas lavouras de posseiros, agregados e sitiantes” (FILHO, 1998).

Não podemos esquecer, mesmo em uma apresentação genérica da economia de Minas, do ainda existente mineiro, bem como das “protoindústrias”<sup>6</sup>, que neste período contribuíram para a dinâmica da economia da província, ainda que não tenham avançado rumo à industrialização propriamente dita. Assim sendo:

[...] Minas tinha uma grande rede manufatureira ao lado de grandes fazendas que tentavam produzir tudo o que precisavam, ou seja, a especialização ao lado da generalização, a divisão do trabalho fazendo crescer o mercado ao lado de unidades produtivas que procuravam evitar comprar, decrescendo o mercado (AMARAL, 2003: 27).

---

(fator Wakefield) [na província], o que teria impossibilitado a sujeição ao trabalho de indivíduos livres e pobres, formadores assim de um ‘campesinato independente’”. Já nas revisões da perspectiva de Martins, Francisco Vidal Luna e Wilson Cano indicaram como explicação do grande plantel de escravos em Minas “a redução da taxa de exploração e o ‘relaxamento dos costumes’ no contexto da economia de subsistência [...]”, ainda dentro dos revisionistas de Martins, Robert Slenes que atribui ao alto preço dos produtos importados, que levou a substituição desses, o aquecimento do setor de abastecimento, vê nesse movimento um dos motivos do crescimento da importação da mão de obra escrava. (ANDRADE, 2008: 13-14).

6. Para saber mais sobre a protoindustrialização ver: LIBBY, Douglas Cole. *Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o caso de Minas Gerais*. In SZMRECSÁNYI, Tamas & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996.

Houve ainda em Minas, além das atividades econômicas supracitadas, uma atividade crescente, principalmente após a queda da extração do ouro, da pecuária na região do Sul de Minas, pois “águas abundantes e terras férteis, que garantiram a forragem, fizeram do Sul de Minas a melhor área criadora” (IGLÉSIAS, 1985: 381).

[...] às excelentes pastagens da região do Rio Grande, fornecem hoje [1819] a maior parte dos animais vendidos na capital do Brasil, e alguns criadores locais chegam a produzir até 5 mil cabeças de gado (SAINT-HILAIRE, 1975: 50).

O gado era utilizado no corte, na tração, no consumo, no laticínio e na exportação. Deste modo, “no período que nos ocupa, é a criação que se adianta à lavoura, pois, além do gado para consumo e exportação, ela baseia uma indústria de laticínios e couros” (IGLÉSIAS, 1985: 381). É importante recordarmos que é só a partir da década de 1860 que o cultivo de café passou a ter importância no âmbito das atividades produtivas mineiras. Contudo, de acordo com Alcir Lenharo:

O comércio de abastecimento fornecera os elementos tecnológicos – estradas, o sistema de tropas-, mantivera a mão de obra escrava, base do sistema produtivo, incentivara o povoamento de áreas até extensão desertas, como definiria a concentração da posse da terra em extensas regiões do Centro-sul, pré-requisitos necessários para o deslanche da economia cafeeira. (LENHARO, 1979: 132).

Destaca-se nesse processo, como centro de abastecimento, a vila de São João del Rei, sede político-administrativa da comarca do Rio das Mortes. São João del Rei, que possuiu uma das médias mais elevadas de escravos empregados nas propriedades rurais, era o principal elo econômico de Minas com a Corte, seja de entrada ou de saída de produtos. O transporte entre uma localidade e outra era feito pelas tropas que, de acordo com Alcir Lenharo, chegou a ser uma atividade “empresarial”:

Quatro dessas firmas, de cerca de 50 mulas cada, percorriam a rota entre São João e Rio de Janeiro oito vezes ao ano, mantendo um comércio superavitário para a Capital da Comarca do Rio das Mortes. (LENHARO, 1979: 91).

Vemos em São João del-Rei, devido inclusive à sua própria estrutura econômica, uma dinâmica urbana significativa até mesmo para o bom andamento dos negócios. Desta forma, esta cidade pode ser incluída na parte da província (principalmente na região Metalúrgica – Mantiqueira) que, mesmo nas primeiras décadas do século XIX, possuiu uma sociedade com traços significativos de urbanidade, afastando-se, em algumas áreas, da estrutura “Casa Grande e Senzala” típica de outras regiões.

Além de São João del Rei, encontramos em Minas outros significativos núcleos urbanos com expressivos contingentes demográficos. Esses centros urbanos favoreciam as práticas políticas, o trânsito de idéias e as relações econômicas, culturais e religiosas, sendo que essas últimas eram acentuadas pelo papel social exercido pelas igrejas e suas festas. Esses centros possuíam uma relativa efervescência indicada pelos seus teatros, periódicos, festas e bibliotecas.

Algumas cidades eram ainda núcleos administrativos político-econômico, como Ouro Preto, a capital que concentrava todo o aparato burocrático mineiro, e Mariana, que era sede do bispado, possuindo uma autoridade eclesiástica em um momento que a Igreja tinha a preeminência na gestão sócio-cultural e estava institucionalmente vinculada ao Estado.

Mariana detinha a maior população de pessoas livres e “com a segunda maior concentração de escravos da província de Minas Gerais (perdendo apenas para São João del Rei) no segundo quartel do século XIX” (ANDRADE, 2008: 19). A primeira cidade mineira e o mais importante centro religioso da província, também “não se enquadra na idéia de estagnação ou decadência

de sua economia” (ANDRADE, 2008: 19). A ampla região de Mariana possuiu uma diversidade econômica, comportando desde engenhos (o maior número da província)<sup>7</sup> e outras atividades agrícolas e artesanais, até uma ainda existente atividade mineradora, “sem falar na produção de ferro nas forjas domésticas da região” (ANDRADE, 2008). Em Mariana, como em todo o resto da província, as grandes propriedades onde trabalhavam numerosos escravos coexistiram com as pequenas propriedades.

Mariana fazia parte da mesma comarca que a capital Ouro Preto, cidade que concentrava as estruturas e repartições administrativas: o palácio do governador, a junta da Real fazenda e o comando das tropas militares, além de outros órgãos político-administrativos.

Ouro Preto, diferente de Mariana, não teve uma produção agrícola significativa. Contudo, dinamizava o abastecimento devido a sua demografia específica. Quatro atividades mantinham a economia da cidade: a produção aurífera, o comércio, as atividades artesanais e a administração. Para Solange Sabino, a administração fez com que a economia se mantivesse aquecida até pelo menos a mudança da capital para Curral del rei (Belo Horizonte).

A folha de pagamento da administração era uma das principais responsáveis pela entrada constante de capital na economia. As pessoas mais abastadas eram funcionários do termo de Vila Rica ou da Capitania de Minas Gerais e recebiam dinheiro através da folha de pagamento ou por meios fraudulentos. Era infundável a quantidade de empregados da administração, que trabalhavam em vários setores, desde reparos em calçamentos de ruas até ouvidores e provedores. Não há como definir quem trabalhava para o Termo, a Comarca, a Capitania ou o Governo Geral, ou ainda, quem trabalhava para os órgãos considerados independentes como a intendência de Minas (FORTES, 1990: 58).

Como em todo o resto de Minas Gerais, grande província importadora<sup>8</sup> de escravos, Ouro Preto também teve como mão de obra principal a mão de obra cativa. Escravos que trabalhavam não só na mineração, mas em outros conjuntos diversos de atividades. Segundo Solange Fortes, é “interessante observar que com o declínio da mineração, não houve mudança dos escravos para região do *Plantation*. Sempre houve queixas sobre o preço do escravo e sobre sua escassez” (FORTES, 1990: 55).

Eram proprietários de escravos tanto os grandes quanto os pequenos agricultores, tanto os pecuaristas, tropeiros, comerciantes, funcionários públicos, quanto os padres e outros funcionários da Igreja, bem como os profissionais liberais, artesãos e magistrados. Neste contexto:

Mais raramente um jornaleiro poderia ser proprietário de escravo e, por vezes, um cativo representava o sustento de uma pessoa idosa. Pequenos produtores independentes somavam a mão de obra familiar à de escravos (SILVA, 2002, 57).

A mão de obra escrava era utilizada para complementar o trabalho em pequenas e médias propriedades, além de servir de auxílio para o trabalho em produções familiares. Deste modo, no primeiro quartel do século XIX, existiam escravos que trabalhavam:

---

7. “[...]na década de 30 dos oitocentos eram 297 – praticamente 15% dos engenhos instalados na Província. Também possuía o maior número de vendas, por onde, possivelmente, muito da produção da aguardente era escoado” (ANDRADE, 2008: 229).

8. Segundo José Luís Ribeiro Fragoso, 48,4% dos escravos africanos saídos do porto do Rio de Janeiro, entre 1825 e 1833, eram encaminhados para Minas Gerais, província onde predominavam os pequenos escravistas; enquanto o Vale do Paraíba e o Norte Fluminense, “áreas agroexportadoras”, adquiriram, juntas, 36,4% destes escravos. (ANDRADE, 2008: 108).



[...] em atividades artesanais ou na agricultura de subsistência. Trabalhavam a mando do seu senhor ou conseguiam concessão para trabalhar por conta própria, pagando a jornada ao seu dono. Nesses casos, a vida do escravo assemelhava-se muito a vida do homem livre pobre, que normalmente não tinha uma profissão ou especialização (FORTES, 1990: 55).

Além do mais, um escravo também podia ser alugado, tornando-se assim uma fonte de renda complementar, como bem nos faz saber um anúncio colocado no jornal *O Universal*, editado e impresso na cidade de Ouro Preto em maio de 1826:

Quem tiver escravos para alugar, e ainda mesmo pessoas livres que se quiserem ajustar para trabalhar na obra da Matriz de Antônio Dias procurarem ao mestre da obra (*O Universal*, 26/05/1826, n.135).

Quem tiver escravos para alugar a 150 rs por dia procure José Dias Monteiro são destinados aos trabalhos da matriz de Ouro Preto (*O Universal*, 09/08/1825, n.009).

Foi a garantia da manutenção da mão da obra escrava, juntamente com a necessidade de distanciar outros segmentos da sociedade do segmento escravo, alguns dos objetivos buscados dentro do projeto político da elite política liberal mineira que, segundo Wlamir Silva, possuía uma relação orgânica com a propriedade. Essa elite mineira, como citamos anteriormente, procurou também reunir e organizar os proprietários em torno do seu projeto liberal. Para isso, entre outros instrumentos, utilizou a imprensa periódica.<sup>9</sup>

A imprensa mineira, como em todo o resto do Brasil, surgiu no mesmo período da construção do Estado nacional e do nascimento das idéias liberais em nosso país, sendo uma imprensa doutrinária e “didático-pedagógica”. Doutrinária porque era voltada para implementação do ideário político, no período liberal-constitucionalista; pedagógica porque, para atingir o referido objetivo, buscava a utilização de estratégias eficazes para a “conquista” dos leitores.

Podemos observar um exemplo do didatismo supracitado em um número de *O Universal*, onde encontramos a impressão de um “diálogo fictício” entre um menino e seu mestre acerca da letra redonda. No decorrer da discussão o menino se interessa por saber o que é *monopólio*. Observamos que na resposta do mestre encontra-se uma discussão corrente onde os liberais contestam a exploração por “Uma Sociedade de Ingleses” das minas de diamantes.

- Muito bem Sr. Mestre: quero agora que v.m. me faça ver alguns exemplos que encaixe a sua definição de monopólio?”

- Satisfazendo pois a vossa apetitosa curiosidade devo trazer-vos a memória o primeiro exemplo de que me lembro. Não tendes ouvido dizer que uma Sociedade de Ingleses pretende extrair os diamantes das nossas Minas mediante uma pequena soma, para os vender exclusivamente as nações da Europa por aquele preço que couber na sua fantasia?

- Sim Sr. Eu tenho ouvido por muitas vezes falar na Paraopebanada, mas cuidei que isso era coisa de comer ou beber. [Podemos observar nesse extrato inclusive o uso de identidades políticas, quando denominam esses exploradores de Paraopebanada<sup>10</sup>]

9. Sobre a eficácia dessa imprensa em um ambiente de significativo analfabetismo, consideramos o seguinte: a- o público alvo desses periódicos eram os proprietários (segmento com um maior percentual de alfabetizados) b – mesmo em uma sociedade com um nível baixo de alfabetização devemos questionar o rótulo de “elitismo” geralmente dado para esse período, pois nesse momento, segundo o historiador Marco Morel: “havia significativos cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas”. Devemos levar também em consideração as leituras livres dos periódicos que eram feitas em locais públicos e igrejas.

10. Identidade associada aos absolutistas que de acordo com *O Universal* significa na língua Nhomé: Paro = homem diabo, peva = o pior de todos os diabos, bano = seje queimado vivo.

- Assim é meu menino, esses negócios paraopebanicos são em última análise coisas de comer e beber, mas espero que esses ingleses não hão de ter indigestões com essas pedrinhas abrilhantadas ( O Universal, 18/01/1826, n. 80).

Prosseguindo com os exemplos do caráter pedagógico dos periódicos, podemos observar um soneto elogiando o Deputado Vasconcelos e em uma anedota sobre Napoleão Bonaparte que reforça as qualificações do liberalismo.

#### Soneto

Por mais que se conspire o negro abismo  
A denegrirte ó grande Vasconcelos  
Quem poderá negar os seus disvelos,  
Teus talentos e teu patriotismo? (...)

Em patriotismo tens toda a vantagem,  
Ao trono tens amor, tens probidade,  
Tens talento, saber, honra e coragem (O Universal, 10/11/1828, n.221).

#### Anedota

Quando Bonaparte se viu caído, exclamou penetrado de arrependimento e dor: pequei contra as idéias liberais, tudo está perdido (O Universal, 02/11/1829, n. 360).

Ainda sobre o caráter pedagógico dessa imprensa liberal<sup>11</sup>, observamos que vários extratos definiam alguns conceitos (o que é liberdade, constitucionalismo, liberalismo, entre outros) de uma maneira mais acessível aos leitores, como podemos notar em um extrato intitulado *Discurso sobre a economia*: “A única fonte da riqueza é o trabalho. Não era com ouro e com prata que originalmente se comprava a riqueza do mundo, como diz o Sr. Smith, era com o trabalho” (O Universal, 30/12/1825, n.72).

Além desses exemplos, encontramos também nesses periódicos dicionários<sup>12</sup>, fábulas, “máximas e pensamentos”<sup>13</sup>, entre outros elementos que faziam parte da estrutura de narrativa dos “jornais” brasileiros do período. Por serem jornais fundamentalmente políticos, esses periódicos possuíam no cabeçalho a citação de algum autor referente à opção do jornal, o que deixava explícito a que tendência pertenciam. Por exemplo, o periódico *O Novo Argos* possuía em seu cabeçalho a referência de De Pradt: “Le genre humain est en marche, et rien ne le fera retrograder” (O gênero humano avança, e nada o fará retroceder); ou *O Universal*, que trazia em todos os seus números a seguinte citação: “Rien n’est beau que lê vrai: le vrai Seul est aimable”( Nada é mais bonito que a verdade: a verdade em si é amável) frase atribuída a Voltaire.

Por serem políticos e doutrinários, esses periódicos estabeleciam uma escrita cheia de artifícios, tais como exclamações e apóstrofes. Além disso, veiculavam uma linguagem várias vezes figuradas e com expressões que buscavam “impactar”, chamar atenção dos leitores.

11. Esses periódicos publicavam também notícias da Corte, de outras províncias e de outros países, além das situações políticas de nações como Inglaterra, França, Portugal entre outros. Neles podemos ler editais de comércio, ações públicas, extratos de sessões da câmara dos Deputados e do Senado, dos conselhos províncias e de câmaras municipais, além de decretos e avisos ministeriais. Nas palavras de Wlamir Silva: “fazendo às vezes de ‘diário oficial’ no âmbito da província”.

12. Encontramos no O Universal (02/05/1828) 126 um “*dicionário corcundativo*”, lembrando que o termo corcunda já é uma identidade política associando os absolutistas a servos, onde achamos inseridas definições como: “*Tirano [sendo]* aquele que havendo adquirido autoridade suprema, segundo a lei, em seu exercício contraria, ou excede o que essa dispõe”.

13. O Universal, 07/06/1830, n.450. “Máximas e pensamentos”: A educação pública é a mais forte barreira que pode se opor ao despotismo, este monstro nutrindo-se da estupidez, há de forçosamente sucumbir, logo que aquela tenha espalhado pelo povo brilhantes luzes e filosóficas. (Astro)”.

Buscavam, além de tudo, a polarização dos atores envolvidos na disputa política, a saber, liberais e absolutistas, em termos concretos e cheios de transfigurações simbólicas. Expressões como “monstro do servilismo” (O Universal, 01/12/1830, n. 398), ou orações completas como: “Percebemos que o sistema da monarquia constitucional e representativa encerra todos os germes da felicidade e da liberdade a que o homem social pode aspirar” (O Universal, 01/12/1830, n. 398) ou “Nos governos republicanos reinam quase sempre a desordem e a parcialidade” (O Universal, 18/11/1825, n.540), eram constantes nos discursos desses liberais.

Esses periódicos traduziam e transcreviam, como já aludimos, trechos de livros, na maioria das vezes obras filosóficas liberais, que serviam para a implementação direta do projeto liberal. Neles encontramos, por exemplo, a publicação de extratos de obras de autores tais como Montesquieu que duravam algumas vezes seis edições e que vinham comentadas e “facilitadas” para melhor apreensão do leitor, comentários estes que em algumas ocasiões vinham inclusive contextualizados com os problemas da época. Os periódicos liberais publicavam extratos contendo autores como: Bonnin, Fenelon, Voltaire, Mably, Benjamin Constant, Ganih, Dunoyer, Torombert, entre outros.<sup>14</sup> (HORÁCIO, 2008: 8).

Ressaltamos que nossa proposição é a de que a razão de ser desses periódicos era “educativa”, pedagógica e formadora de opinião de tal maneira que até as notícias “descompromissadas” levavam em seu bojo algum elemento “doutrinador”. Podemos observar tal questão: um artigo que fala da Inglaterra leva destacado em seu corpo: “um rei só deve governar pela lei” (O Universal, 26/05/1826, n. 135).

É através desses periódicos que verificamos como a elite política liberal mineira se relacionou com a questão escravista. Damos o nome de questão por considerarmos, como dito anteriormente, que nesse momento a elite liberal mineira buscou equacionar o haitianismo e as pressões inglesas pelo fim do tráfico à necessidade de mão de obra dos proprietários que ela representa, pois, como já vimos, o escravo ainda é em Minas a principal força produtiva e não tem seu número arrefecido na sociedade mineira abastecedora.

Iniciamos esclarecendo que não é nosso objetivo discutir sobre o elemento escravo na sociedade mineira, e sim como esse segmento é encontrado nos jornais, ou seja, qual o lugar do escravo no discurso dos liberais mineiros no Primeiro Reinado.

Observamos, na leitura desses periódicos, que o escravo não fez parte do segmento que interessava o convencimento por parte dos liberais. O escravo nunca é encontrado nesses periódicos como interlocutor, sempre como um elemento do discurso.

O cativo aparece nos jornais em discussões sobre a abolição, em notícias cotidianas sobre a província (como furtos e brigas), em discussões sobre a necessidade da mão de obra de estrangeiros ou em algumas exposições de teses científicas publicadas.

Observamos que nesse período é atribuído ao escravo, pelo menos nos periódicos, uma dimensão de mercadoria. Não que esse fosse visto na sociedade apenas como objeto, contudo, nos periódicos, as referências a esse segmento são sempre tratando-os como produto<sup>15</sup>. Podemos

<sup>14</sup> Desgraçado o povo que não tem leis escritas, constantes e consagradas por toda a nação; que sejam superiores a tudo, e das quais recebem os Reis toda a sua autoridade, pelas quais se lhe conceda fazer todo o bem possível; e não sejam autorizado para fazer mal algum, contra os quais nada posso!!! Eis aqui o que os homens se não fossem cegos e inimigos de si mesmo estabeleceriam unanimemente para felicidade dos povos e dos monarcas. Fenelon. O Universal, Ouro Preto, 21/05/1828, n.134.

<sup>15</sup> Mesmo observando que nesse período o escravo não é tratado nos periódicos como interlocutor, consideramos a existência da possibilidade do escravo ser atingido pelas notícias desses, já que havia práticas de leituras desses periódicos em voz alta em locais públicos, inclusive nas Igrejas. O historiador Marco Morel argumenta também que o escravo não pode ser visto em uma condição homogênea, pois temos exemplos de escravos de ganho e domésticos alfabetizados, além de exemplos de escravos de força alfabetizados na Bahia. Menciona Morel que podemos inclusive pensar que hipoteticamente não era impossível um escravo de ganho comprar um periódico já que recebiam variavelmente 80 rs por dia e, por exemplo, um número do Universal saía a 70rs. Sem falar nos alforriados e nos escravos que possuíam



refletir sobre a plausibilidade de tal afirmação quando observamos, por exemplo, que em um periódico o escravo foi convertido em prêmio de uma loteria para contribuir com a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Ouro Preto. Estamos nos referindo ao “Plano da Loteria concedida pelo S.M. o Imperador” (O Universal, 19/12/1825, n. 67) que teve como prêmios:

Uma chácara sita no alto das Cabeças, com casas nobres, e de recreio muito arvoredo, e jardins. 4:000\$000. [...]

Em um casal de escravos com três filhos, trastes, e dinheiro. [...]

Um oratório de dizer missa com todas as imagens, quadros e decorações. [...]

Ainda sobre o caráter de mercadoria ligado ao escravo, vemos nos periódicos, na sessão *Anúncio*, uma grande quantidade de avisos sobre venda ou aluguel de escravos.

Acha-se para vender para fora da terra um escravo ladino da nação Mina, bom cozinheiro, de idade de 28 anos incompletos e bom corpo para lavra, quem o quiser comprar dirija-se à loja de Francisco Xavier. (O Universal, 14/07/1826 n.156)

É também na sessão supracitada dos periódicos que encontramos anúncios sobre a fuga de escravos, anúncios com alto teor descritivo e oferecimento de recompensas. Conjeturamos, inclusive, sobre a possibilidade dessas descrições servirem para manter a sociedade em alerta e incentivar a captura desse elemento.

Fugiu um escravo cabra escuro, nome José Custódio, estatura baixa, cara feia e mal feito do corpo, olhos pequenos, nariz chato com ventas largas, pouca barba e uma cicatriz de bexigas na fonte direita, olhar de porco, pescoço curto e um pouco corcovado, pernas e coxas finas com cicatrizes de ferida nas canelas, pés largos e magros, com sinal de ferida no dedo grosso do pé direito, encontrando dirija-se a redação do O Universal, recompensa. (O Universal, Ouro Preto, 12/09/1827, n.26).

Reforçando nossa supracitada afirmação sobre o escravo não fazer parte dos segmentos a serem atingidos pelo discurso liberal, podemos verificá-la quando encontramos um número significativo de notícias sobre a mortandade de escravos, mortes conseqüentes de repressões ou em navios negreiros. Deste modo, refletimos no sentido de considerarmos que devido ao temor em relação ao haitianismo presente no discurso da elite liberal mineira da época, não seria prudente os periódicos publicarem tais notícias se fossem de alguma maneira direcionadas aos escravos.

Em relação ao haitianismo, podemos examinar tal temor através de indícios em inúmeras notícias que, quando envolvem os cativos, possuem sempre o mesmo sentido nos desfechos: “inspiram bem fundados receios”.

Exemplificamos tal afirmação em uma nota sobre o furto de uma vaca por um escravo que diz: “Corre que o intendente geral da polícia exigira do Senado da Câmara, uma lista de capitães do mato, afim de um ataque contra os quilombos que **inspiram bem fundados receios a todos os proprietários e vizinhos**” (grifo nosso) (O Universal, 10/03/1828 n.103).

Ainda sobre as notícias que apontam o temor em relação ao escravo, encontramos uma em que após o roubo, onde o ladrão fingindo ser D. Sebastião liberta todos os cativos, o periódico

---

uma proximidade com os senhores de tal modo que colaboravam com eles em variados serviços, ainda mais em Minas com a fragmentação do plantel escravo em pequenas propriedades. Contudo, essa hipótese do escravo ser também leitor dos periódicos serve apenas como sugestão de reflexão, pois como já dissemos, não encontramos indícios nos periódicos de serem os escravos interlocutores. (MOREL, 2003: 53).

finaliza a nota dizendo: “este homem aproveitando da ignorância daquela gente, **espalha a discórdia na classe mais perigosa** da sociedade, e proclama liberdade a todos os escravos (grifo nosso)” (O Universal 11/08/1826, n.168). Também sobre esse receio que assombrava a sociedade mineira podemos constatar no seguinte extrato do *O Universal*:

Seria uma quimera procurar conciliar a liberdade dos negros com a segurança dos brancos no nosso país, mas para todo aquele que quiser informar-se do que se passa no país o mais livre do universo, onde os escravos são mais bem tratados, na parte meridional dos E.U.A. está quase demonstrado que a população branca seria necessariamente sacrificada, logo que a negra gozasse em maior número em direitos do cidadão. (O Universal 10/11/1828 n. 208).

Consideramos que esse temor pode também ser verificado quando observamos em uma resolução do Conselho do Governo, impressa no periódico, o aumento do rigor nas penas dos escravos alegando a “promoção da comodidade em geral”.

Art. IV – os escravos que forem achados com armas de defesa sem ser para os serviços, depois da averiguação verbal[...] serão castigados com 25 açoites.  
 Art. V – idem as penas dos escravos achados em jogo [...].  
 Art. VI – no caso acima [...] o tono da taverna será multado.  
 Art. VIII – no caso do escravo embriagado [...] a multa será ao dono da taverna.  
 Art. XI – o vendeiro que comprar [...] coisas furtadas de escravos será multado [...].  
 Art. XII – o escravo encontrado em roça, chácara, quintal, sem licença do dono será entregue ao juiz ou comandante do distrito para devidas medidas[...] 50 açoites[...]. (O Universal, 25/08/1825, n.13)

O haitianismo fez parte da questão a ser resolvida pela elite mineira: de conciliar às necessidades de mão de obra dos proprietários e, após o primeiro quartel do século XIX, à pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos.

Observamos esse mote pela quantidade de publicações que envolvem os Tratados pela abolição do tráfico e, juntamente com eles, extratos comentando sobre a situação do segmento escravo no Brasil. Podemos observar tais afirmações em várias notas como a seguinte, em que vemos em um extrato os treze artigos que regularizavam o Tratado que Portugal tinha com a Inglaterra a respeito da extinção do comércio da escravatura.

Art. I – Quatro anos depois da troca de ratificações do presente tratado, não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na costa da África debaixo de qualquer pretexto ou maneira possível.  
 Art.II – As duas partes contratantes declaram que consideram ser pirataria qualquer comércio de escravatura feitas nas circunstâncias seguintes [...]. (O Universal, 05/12/1825).

Além da impressão do Tratado acima, encontramos a impressão de extratos do mesmo tipo em todos os anos seguintes ao de 1825, como nesse periódico de 1827, em que em uma Carta de Lei o Imperador declara a confirmação do Tratado da abolição do tráfico.

Nós o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, fazemos saber a todos, que a presente confirmação, aprovação e ratificação virem, que em vinte e três de novembro de 1826, assinou nesta Côrte como forma de por termo ao comércio de escravatura da Costa D’África, satisfazendo nós assim aos sentimentos do nosso coração [...]  
 Concluíram os seguintes artigos:

Art I – Acabados os 3 anos da troca de ratificação do presente tratado não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na Costa D’África, pois será considerado pirataria. (O Universal, 15/10/1827, n. 40)

Esses extratos supracitados são alguns exemplos em que podemos verificar o problema a ser resolvido pela elite liberal mineira. Diante dessa questão, observamos que a elite liberal mineira articulou uma “estratégia” para defesa dos seus interesses: a continuidade da mão de obra escrava. Essa defesa deu-se tanto na imprensa como nos “âmbitos legais” i.e., nos Conselhos provinciais ou na Assembléia nacional. Ressaltamos que na busca de uma hegemonia e dentro de uma Cultura Política, essas esferas se complementam.

Para a referida defesa essa elite utilizou os seguintes argumentos: a escassez da mão de obra na província, a descontinuidade da produção conseqüente da redução da mão de obra cativa e o tempo necessário para a adaptação para um outro tipo de mão de obra. Observamos esses argumentos nO *Universal* (19/12/1828, n.225) que traz uma sessão do Conselho do Governo Provincial de 1828, onde o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos propõe a prorrogação da extinção da escravatura:

Bem sabeis que pelo tratado de 23/11/1826, celebrado pelo nosso governo com a Gram Bretanha foi estipulado a extinção deste comércio no curto espaço de 3 anos que hão de findar em 1829 e ninguém há que deixe de prever os males que semelhante tratado a de acarretar sobre a nossa pátria[...] E como em semelhante apuro abolir o comércio da escravatura? Como sem remediarmos a desordem em sem longo espaço de tempo dispensar os braços que tanto nos coadjuvam? Esperar coadjuvação dos indígenas não é o próprio de quem os tem estudado. Mas promete uma bem dirigida colonização d’ estrangeiros, esta porém nem ainda está projetada e não é obra de um dia [...]

Ainda sobre a defesa da prorrogação do tráfico encontramos vários artigos nos periódicos, como no exemplo a seguir do periódico *Courrier du Brésil* inserido nO *Universal*:

O comércio dos negros vai acabar bem depressa no Brasil por efeito do tratado concluído e ratificado em 1827. O Brasil ver-se-ia de repente privado dos braços que vem habitualmente da África. Diante das impossibilidades [...] fica demonstrada de que a riqueza territorial do Brasil depende essencialmente da população africana, que é a mais numerosa e a única diretamente produtiva, tornando o fim da escravidão um grande malefício [...](O Universal 10/11/1828 n. 208).

Desta maneira, verificamos que embora houvesse na sociedade mineira um certo temor ao segmento escravo, devido inclusive a idéia de haitianismo presente, verificamos, através das leituras dos periódicos, que pelo menos nas vozes da elite liberal mineira impressa nos jornais, fica evidente a dificuldade de substituição do escravo e a opção pela permanência do sistema escravista.

Sendo assim, finalizamos nossos apontamentos sobre a escravidão na imprensa mineira, indicando, através dos indícios deixados pela mesma, que não foi o escravo um interlocutor dessa imprensa liberal de caráter pedagógico-doutrinador, além do mais, constatamos no discurso desses liberais que os escravos eram vistos por estes como um segmento perigoso, temor que nos parece não ter sido suficiente para fazer a elite liberal mineira procurar um outro sistema de trabalho alternativo ao escravo.

## Bibliografia

- AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a Correnteza*. Monografia de Especialização História de Minas do Século XIX. UFSJ, 2003.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Ed. UFV, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, tese de doutorado, 1998.
- FORTES, Solange Sabino Palazzi. “Atividades Produtivas em Vila Rica”. *LPH- Revista e História, Mariana*, v.1, n.1, p 1990.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. 5 Volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.
- HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. “Imprensa e Liberalismo mineiro no século XIX sob o olhar da Nova História Política”. *Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia*. A dinâmica do Historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.
- IGLESIAS, Francisco: As Províncias do Centro: In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985, p.364-412.
- LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- RÈMOND, René. (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975.
- SILVA, Wlamir. “*Liberais e Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830/34). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.